



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ACTA N.º **05/2006**

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2006
INICIADA ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 19 HORAS.

SUMÁRIO:	FL.
- ABERTURA.....	02
- ANTES DA ORDEM DO DIA.....	05
- ORDEM DO DIA.....	08
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	16
- ENCERRAMENTO.....	16

ACTA N.º 05/2006**ABERTURA**

Aos quinze dias do mês de Dezembro de dois mil e seis, nas instalações da Assembleia Municipal sitas na Rua Conde da Ericeira, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Ex.mo Senhor **Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 2.1** - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2** - Propostas de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal da Covilhã para o ano 2007 - Aprovação;
- 2.3** - 3.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal da Covilhã do ano 2006 – Aprovação;
- 2.4** - Empréstimo para Financiamento da Aquisição de 148 Fogos de Habitação a Custos Controlados sitos no Tortosendo;
- 2.5** - Plano de Pormenor das Penhas da Saúde Zona Sul - Aprovação;
- 2.6** - Entrada em vigor do novo Regime Tarifário decorrente do Decreto-Lei n.º 81/2006, 20 de Abril;
- 2.7** - Carta Educativa do Concelho da Covilhã – Aprovação;
- 2.8** - Protocolos de Acordo para a Delegação de Actos de Competência da Câmara Municipal da Covilhã nas Juntas de Freguesia.

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente Senhores Victor Manuel Garcia Rebordão e Carlos Alberto Matos Mendes. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: **Dr. Carlos Manuel Esteves de Sousa, Eng.º José Miguel Ribeiro de Oliveira, Prof. Bernardino Gata da Silva, Dra. Maria do Rosário Figueiredo Gomes de Brito, Prof. Doutor João Carlos Ferreira Correia, Dra. Maria de Fátima Teresa Paiva, Dr. Carlos Alberto Gil Ferreira, Dr. Domingos Sousa Beato, Artur Filipe Schouten Patuleia, João Manuel Pinto, Dr. José Curto Pereirinha, Abel Fernando Pereira Cardoso, Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael, João Manuel Barqueiro Lanzinha, Pedro Nuno Cunha Leitão, Dr. Rui António Nabais Cordeiro Lourenço, Ricardo Emanuel Proença Abreu, Dr. José Simões Soares, Dr. David José Carriço Raposo da Silva, Dr. João Rosa de Almeida, Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dra. Ana Maria de Jesus Monteiro, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Prof. José Flávio Martins, Helder Miguel Correia Moraes, Dra. Maria Filomena Palma Cordeiro Pires Figueiredo Gomes, D. Isilda da Silva Barata, Eng. Francisco José Puebla Simões, Dr. Carlos José Jesus Duarte Mineiro, Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro, Luís Filipe de Matos Pais e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, José Luís Antunes Campos de Aldeia de S. Francisco de Assis, João Luís Martins Gomes de Aldeia de Souto, Jerónimo Carvalho Barata do Barco, Prof. José Joaquim Pinto de Almeida de Boidobra, José Manuel Escodenga Nunes do Canhoso, José Martins Carrola de Cantar - Galo, António Geraldês Ramos de Casegas, Paulo Jorge Alves Rodrigues de Cortes do Meio, Carlos Francisco da Coutada, Carlos do Carmo Martins da Conceição, António Manuel Garcia Rebordão de Santa Maria, Dr. Victor Manuel Tomás Ferreira de São Martinho, Victor Manuel Garcia Rebordão de São Pedro, José Duarte Minhoto do Dominguiso, Enf. António Mendes Paulo da Erada, Enf. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais do Ferro, António Canário Marques da Silva de Orjais, Joaquim Carvalheiro dos Santos do Ourondo, Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano do Paul, José do Nascimento Curto Costa de Peraboa, Fernando José Gonçalves Casteleira do Peso, Fausto Herculano Branco Baptista de S. Jorge da Beira, José Rafael Lourenço Ferreira do Sarzedo, Dr. Jorge Manuel da Cruz Ramos Silva de Sobral de S. Miguel, Carlos Alberto Matos Mendes do Teixoso, Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira do Tortosendo, Luís Filipe Fabião Pessoa de Unhais da Serra, Arménio Marques Matias de Vale Formoso, João Casteleira Ferreira de Vales do Rio, Armindo Fonseca Geraldês Rosa de Verdelhos e Jerónimo Berrincha dos Santos de Vila do Carvalho. -----**

Não compareceu a Excelentíssima Senhora: **Joana Filipa Real Sardinha.** -----

Verificada a existência de “quorum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente sessão.** -----

PRESENCAS DA CÂMARA

--- Estiveram presentes o Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores, Prof. João Manuel Proença Esgalhado, Eng.º Victor Manuel Abrantes Marques, Prof. Joaquim António Matias, Dr. Luís Manuel Fino Gil Barreiros, Dr. José Armando Serra dos Reis, Dra. Telma Catarina Dias Madaleno e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Chefe de Secção Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

EXPEDIENTE

- Ofício n.º 21 da Comissão de Inquérito à Alienação de Terrenos Baldios pela Junta de Freguesia de Cortes do Meio, a solicitar a prorrogação do Mandato.
- Ofício n.º 51/2006 da Assembleia de Freguesia de Cortes do Meio, a remete um Proposta de Recomendação sobre à Segurança Rodoviária – Municipal e Nacional;
- Ofício n.º 53/2006 da Assembleia de Freguesia de Cortes do Meio, a remeter cópia da resposta à Exposição do Senhor Marco Daniel Viegas Alves;
- Ofício s/ n.º dos Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas do Concelho da Covilhã, referente aos valores praticados na factura de água para os Estabelecimentos de Ensino Públicos;
- Ofício Circ. n.º 145/2006-PB da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, referente ao Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos – PERSU II 2006-2016;
- Ofício Circ. n.º 160/2006-AG da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, referente às Propostas de Lei de Finanças Locais e do Orçamento de Estado para 2007, sobre o QREN 2007-2013;
- Ofício Circ. n.º 164/2006-TC da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, referente às Redes de Gás / Empresa Concessionária/ Taxa por Ocupação do Domínio Público Municipal. Acórdão do STA;
- Ofício Circ. n.º 167/2006-AS da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, sobre as Comemorações dos 30 anos do Poder Local;
- Ofício Circ. n.º 168/2006-AG da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, sobre a Evolução das Propostas de Lei de Finanças Locais e do Orçamento de Estado para 2007.

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou o ***Pedido de Prorrogação do Mandato da Comissão de Inquérito*** à votação, foi o mesmo ***aprovado por maioria com 53 votos a favor e 9 votos contra***. -----

INTERVENÇÕES

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, propôs um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Eng. José dos Santos Taborda do seguinte teor:

“A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em 15 de Dezembro de 2006, presta sentida homenagem, ao Senhor Eng.º José Santos Taborda - Engenheiro Civil que deu muito do seu saber a esta Cidade, exprime o mais profundo pesar pelo seu falecimento e manifesta à sua Família as mais sentidas condolências”.

- Colocado o Voto de Pesar à votação, foi o mesmo **aprovado por unanimidade e 1 minuto de silêncio**. -----

--- O Senhor Prof. Victor Reis Silva fez uma Recomendação, à Câmara Municipal, referente aumento da factura de água dos Estabelecimentos de Ensino (**doc. 1**). -----

--- A Senhora Dra. Ana Monteiro, referiu-se à escolha de parceiro privado para a Empresa Águas da Covilhã, E.M. (**doc. 2**).

De seguida, apresentou uma Moção sobre a interrupção voluntária da gravidez (**doc. 3**).

--- O Senhor Dr. Jorge Fael disse que, uma vez que esta Assembleia Municipal não tem Comissão Permanente, a CDU está disponível para a Criação de um Grupo de Trabalho que dinamize a Proposta.

Disse, também, que vão votar favoravelmente a Moção apresentada pelo BE. -----

- Posta a Moção à votação, foi a mesma **rejeitada com 37 votos contra, 16 votos a favor e 1 abstenção**. -----

--- O Senhor Prof. Doutor João Correia fez uma Declaração Política (**doc. 4**). -----

--- O Senhor Prof. Bernardino Gata, manifestou regozijo pelo anúncio da rápida consecução do projecto, que acha interessantíssimo para a Covilhã, construção de um Colégio, que enquadra no investimento estratégico notável, sobretudo, porque é um investimento no futuro e que, desde logo, demonstra a aptidão da Covilhã para atrair uma multifacetada plêiada de investimentos, que nos têm honrado, que têm honrado o Município e a Câmara.

Trata-se de um investimento que, financeiramente, está orçado em 10 milhões de Euros (dois milhões de contos). Vai utilizar uma área de 10 mil metros quadrados, tem já uma textura de conformidade Internacional, em termos pedagógicos e em termos curriculares, seguindo os currículos normais do ensino publico em Portugal mas, com outro tipo de character, na busca da excelência, porque é privado.

Disse ser um defensor das Escolas publicas, mas que não o afligem investimentos deste género, porque têm segmentos educacionais interessantíssimos e porque se trata de uma unidade que vai criar cerca de 200 empregos, desde a administração, ao corpo docente, auxiliar e administrativo.

Disse, também, que este investimento entre outros, têm que merecer a atenção especial da Assembleia Municipal, tais como: o PARKURBIS; o futuro aeroporto; a requalificação

das Penhas da Saúde e alguns a nível do Poder Central, que ainda não vieram, são fundamentais para a Covilhã. -----

--- O Senhor Carlos Martins - Conceição, congratulou-se com o estudo científico efectuado a 81 hospitais públicos, publicado na revista Sábado, em que o Centro Hospitalar da Cova da Beira surge em quarto lugar.

De seguida lamentou, mais uma vez, que a iluminação de Natal não tenha contemplado algumas das artérias da sua Freguesia.

Solicitou o reforço de iluminação pública na zona do Jardim Municipal. -----

--- O Senhor Prof. José Pinto – Boidobra, referiu-se ao Ensino Especial (**doc. 5**). -----

--- O Senhor João Pinto, referiu-se à alteração da base accionista da Águas da Covilhã (**doc. 6**). -----

--- O Senhor Dr. José Curto Pereirinha, fez uma Declaração Política (**doc. 7**). -----

--- O Senhor Pedro Leitão, fez uma Declaração Política, referiu-se aos 30 anos do Poder Local.

Disse, que foi importante haver eleições livres nas Autarquias, porque a proximidade do Poder é importante e que centrado em Lisboa, não se conseguia ter o mesmo aproveitamento, a mesma organização do território e da economia de cada zona.

“A Grande Covilhã de Carlos Pinto é, fundamentalmente, a Grande Covilhã de um Governo Socialista. É aqui, por causa disto, que eu sou de acordo com o limite de endividamento. Porque, quem vive na Covilhã e nas Freguesias tem usufruído das obras de Carlos Pinto, é uma verdade intocável. Mas, é verdade que a nossa grande qualidade de vida depende, ainda, do Governo Central e o estado do País não se pode por em causa com o endividamento sucessivo das Autarquias.

A Grande Covilhã, Carlos Pinto, é fundamentalmente o Hospital, o Senhor Presidente da Câmara é o Padrinho, fez questão de o baptizar de Pêro da Covilhã, mas o Pai é o Governo Socialista, ele está cá, serve a População toda.

A Universidade da Beira Interior - o grande polo de desenvolvimento desta Região, é uma obra do Governo Central - é que permitiu que a Covilhã crescesse e aumentasse a População.

A Faculdade de Medicina, o Senhor Presidente pode lá ir inaugurar a estátua, que lá quer colocar, mas a obra é do Governo Central. A nossa condição de vida ainda passa muito pelo Governo Central.” -----

ORDEM DE TRABALHOS

--- Submetida a Ordem de Trabalhos, à votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Para além do ofício, a informar que foi dada continuação às acções objecto da última informação e a enviar o Mapa de Envio Obrigatório à Direcção Geral do Orçamento que fica a fazer parte integrante da presente acta, ficando para os efeitos legais arquivada em pasta própria o Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, informou que:

- O que conhece quanto a inquéritos da IGAT é um ofício que anexa uns documentos para a Câmara comentar.
- A principal preocupação do Partido Socialista é o endividamento, dos Municípios. Quando nós estamos tranquilíssimos sobre essa matéria. Aliás, os Senhores já vão ver números. Quando se fala em endividamento é com números que se fala e não com texto, apenas.
- O Campo das Festas é um símbolo da Cidade. Quem pela primeira vez integrou o Campo das Festas numa lista de bens a vender foi, justamente, a equipa que esteve na Câmara em 1994. Na altura foram os Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, que estavam na Câmara, que se debateram contra isso publicamente.

Em determinada altura na tentativa da resolução do problema de estacionamento no Centro da Cidade, falou-se também na utilização dos baixos do Campo das Festas, tudo isso está ultrapassado. Porque a realidade é notável e é dinâmica e comigo à frente da Câmara não se venderá nada disso.

- Quanto à venda dos 49%, já o disse aqui, na altura própria, e tenho-o dito em público será avaliado com calma e tranquilidade.

Se fizéssemos a vossa vontade, entrar para a Empresa Águas do Zêzere e Côa, nesta altura estávamos a lamentar como lamenta a Guarda, o Fundão, Belmonte e todos os outros, de não estarem na posição da Covilhã. Oçam os vossos camadas que presidem a Câmaras e que dizem: realmente o tipo era capaz de ter razão, porque hoje tem um património que nós não temos, não temos, e estão endividados. Não têm melhor preço da água, do que nós, e vocês já vão ver ali o que eu vou mostrar.

A democracia, não é a do abaixo-assinado, é a dos órgãos representativos que conduz a política, que conduz as opções. Portanto, sobre essa matéria, o que eu tenho a dizer é que a Câmara continua no seu percurso de análise das condições que nos são oferecidas e depois viremos aqui à Assembleia Municipal.

- Não comento as coisas sobre o hospital, sobre o passado. O Partido Socialista acha que nos deve lembrar, de vez em quando, que foi criada a Faculdade de Medicina e que o Senhor Primeiro Ministro esteve aqui a inaugurar o hospital.

O concurso publico para o hospital foi aberto por outro Governo, nem foi pelo Partido Socialista. Mas eu acho que isso é matéria já arrumada.

O que nos deve preocupar mais é o facto de estar no Orçamento de Estado o Covilhã - Unhais e não o porem em concurso. Afinal de contas, não é isso que nos interessa? Não é isso que nos preocupa, a todos, como Covilhanenses?

A universidade, os Senhores devem primeiro estudar a história, da Universidade e dos Institutos Politécnicos, para depois saberem quem é que na Assembleia da República esteve lá e saiu.

- A parceria da Câmara Municipal com as Juntas de Freguesia é fundamental para a realização de obras.

Não há obras, nas Freguesias, que não exijam uma cooperação em domínios vários, se queremos fazer uma estrada, o alargamento de uma estrada, é fundamental a cooperação de uma Junta de Freguesia. -----

2.2 - PROPOSTAS DE ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ PARA O ANO 2007 – APROVAÇÃO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 29 de Novembro de 2006, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, conjugado com a alínea b), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 9505 de 2006.12.04 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Usou da palavra o Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, que justificou a apresentação da proposta, com fundamento no cumprimento da Lei e informou que o rumo é aproveitar ao máximo aquilo que venha a ser proposto, no próximo ano, a favor da Covilhã. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros: Senhor Prof. Doutor João Correia, Senhor Dr. Jorge Fael, Senhora Dra. Ana Monteiro (**doc. 8**), Senhor Prof. José Pinto da Boidobra, Senhor João Pinto (**doc. 9**), Senhor Eng.º José Miguel Oliveira e o Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – **Propostas de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal da Covilhã para o ano 2007 - Aprovação**, foi a mesma **aprovada por maioria com 49 votos a favor, 4 votos contra e 8 abstenções**. -----

Foram feitas Declarações de Voto, pelos Membros:

- Senhor Dr. Jorge Fael, votou contra (**doc. 10**). -----

- Senhor Carlos Martins da Conceição: “Votei a favor, do Plano e Orçamento da Câmara Municipal para o ano de 2007, apesar de não termos recebido na Sede da Junta de Freguesia uma cópia. Todavia, espero que no próximo ano prevaleça o bom senso. Espero que no próximo ano não receba cartas da Câmara Municipal dizendo que: tendo em conta as restrições impostas pelo Poder Central não é possível celebrar protocolos.

Espero que, também, a Junta de Freguesia da Conceição, como disse o Senhor Presidente numa das intervenções, seja também, esta Junta de Freguesia Urbana, contemplada pelos pedidos de protocolos porque as Crianças da nossa Freguesia a População da nossa Freguesia têm o mesmo direito que têm as 31 Freguesias do Concelho”. -----

- Senhor Prof. Doutor João Correia: “Nós abstivemo-nos porque há um conjunto de elementos deste Orçamento quer nos deixam justificadas preocupações, designadamente a insuficiente diferenciação das despesas, a continuada sobre orçamentação de obras, que tendo-se verificado, em anos anteriores, baixíssimas taxas de execução e finalmente a insistência na venda de património como suportando cerca de metade da receita total.

Em face de tudo isto, temos legítimas dúvidas relativamente à exequibilidade, à seriedade política e à transparência económica e financeira deste documento.

Quero, ainda, apenas realçar que o Partido Socialista tem uma posição muito clara, no que respeita à alienação do património das Águas da Covilhã. O Partido Socialista é contra a alienação do património das Águas da Covilhã. Sustentando, no entanto, o seguinte: sendo altamente provável, temos que ser realistas, vivemos num Concelho com uma maioria absoluta, que pode decidir o que muito bem entender nesta matéria. Como, aliás, o Senhor Presidente da Câmara, disse invocando a sua legitimidade política e também a sua maioria política.

Em face disto, é necessário salvaguardar o que interessa, também, e salvaguardar o que interessa, é resposta que não foi dada, ainda, sobre se existem, ou não, alguma espécie de mecanismos que possam dar a um futuro accionista qualquer influencia que ultrapasse os seus 49%”. -----

- Senhora D. Isilda Barata: “Votei a favor do Orçamento. É um documento que é necessário para a boa execução da Câmara, se calhar as minhas prioridades não eram as vossas, mas vocês é que decidem e, espero é que no ano 2008 vos dê os parabéns pelo grau de execução. Porque, se ele tiver uma taxa de execução alta, o Concelho devido às grandes dificuldades, já resulta alguma coisa. Só lhe dou os parabéns no ano 2008, sobre este Orçamento, pelo grau de execução”. -----

- Senhor Dr. David Silva: “Votei favoravelmente este Orçamento, porque é um orçamento da boa gestão, do realismo, do rigor. É um orçamento de quem já nos habituou à obra feita. É o orçamento de quem prometeu no passado, fez no presente e vai fazer no futuro.

Obra feita à vista de todos, e por isso mesmo não posso deixar aqui de repudiar as declarações do Deputado do Partido Socialista ao afirmar nesta Assembleia que o Parque de Campismo Carlos Pinto é um parque fantasma. Só revela ignorância acerca do assunto. Tenho-lhe a dizer, nesta Assembleia, que só este ano já por lá passaram mais de duas mil pessoas de 14 nacionalidades.

Fantasma, isso talvez quando o senhor falou em obras fantasma, talvez se estivesse a referir à ligação Covilhã - Coimbra, tão necessária, ou talvez recuou ao passado e se lembrou dessa obra fantasma que foi a passagem inferior no TCT junto ao INATEL, que durante o tempo em que o Partido Socialista esteve na Câmara, fez zero. Por isso vou-me deixar de fantasmas e vou falar do realismo e vou aplaudir o realismo deste Orçamento. É este orçamento de rigor, que aqui foi superiormente apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara, que nos faz acreditar que a Covilhã não vai parar”. -----

2.3 - 3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ DO ANO 2006 – APROVAÇÃO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 29 de Novembro de 2006, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, conjugado com a alínea b), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 9506 de 2006.12.04 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente o Membro, Senhor Dr. Jorge Fael, perguntando qual a explicação para esta 3.ª revisão, o Senhor Vereador Dr. Luís Barreiros e o Senhor Presidente da Câmara Municipal, prestaram esclarecimentos. -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – **3.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal da Covilhã do ano 2006 – Aprovação**, foi a mesma **aprovada por maioria com 50 votos a favor, 5 votos contra e 6 abstenções**. -----

Foi Feita Declaração de Voto pelo Senhor Dr. Jorge Fael: "O Plano e Orçamento de 2006, chega a esta Assembleia com sete alterações e três revisões. É esta a prática, na nossa perspectiva, não muito correcta de transformação por completo do Plano e Orçamento que aqui é discutido que aqui é votado ao longo do exercício anual. Nós votamos contra o Plano e Orçamento de 2006, somos contra esta prática de alteração sucessiva dos orçamentos, por isso em consciência e com coerência só podíamos votar contra esta 3.ª Revisão". -----

2.4 - EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA AQUISIÇÃO DE 148 FOGOS DE HABITAÇÃO A CUSTOS CONTROLADOS SITOS NO TORTOSENDO

--- Na sequência das deliberações da Câmara Municipal, tomadas nas reuniões de 29 de Novembro e 12 de Dezembro de 2006, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, conjugado com a alínea d), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 9645 de 2006.12.12 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros: Senhora Dra. Ana Monteiro (**doc. 11**), Senhor Prof. Reis Silva (**doc. 12**), Senhor Pedro Leitão e o Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - **Empréstimo para Financiamento da Aquisição de 148 Fogos de Habitação a Custos Controlados sitos no Tortosendo (dois contratos: - 1 referente ao financiamento no montante de 3.544.173,60€ com juros bonificados; - 2 referente ao financiamento no montante de 1.772.086,80€)**, foi a mesma **aprovada por maioria com 50 votos a favor, 4 votos contra e 7 abstenções**. -----

2.5 - PLANO DE PORMENOR DAS PENHAS DA SAÚDE ZONA SUL - APROVAÇÃO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 02 de Outubro de 2006, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, conjugado com a alínea a), do n.º 3, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 8455 de 2006.10.17 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Usou da palavra o Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, que justificou a apresentação da proposta, com fundamento no incumprimento dos prazos, por parte da Comissão de Coordenação, que obriga a que o processo se reinicie, com nova aprovação da Assembleia Municipal. Não havendo quaisquer alterações ao processo já aqui aprovado, anteriormente. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros: Senhor Dr. Jorge Fael, que teceu diversas considerações e informou que vão votar favoravelmente, Senhora Dra. Ana Monteiro (**doc. 13**) e o Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação - **Plano de Pormenor das Penhas da Saúde Zona Sul - Aprovação**, foi a mesma **aprovada por maioria com 60 votos a favor, 1 voto contra**. -----

2.6 - ENTRADA EM VIGOR DO NOVO REGIME TARIFÁRIO DECORRENTE DO DECRETO-LEI N.º 81/2006, 20 DE ABRIL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 02 de Outubro de 2006, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 3, do artigo 2.º, do Decreto Lei n.º 81/2006, de 20 de Abril e na alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, conjugado com a alínea a), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 8454 de 2006.10.17 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente a Senhora Dra. Ana Monteiro (**doc. 14**). -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – **Entrada em vigor do novo Regime Tarifário decorrente do Decreto-Lei n.º 81/2006, 20 de Abril**, foi a mesma **aprovada por maioria com 60 votos a favor e 1 voto contra**. -----

Foi feita Declaração de Voto pelo Membro Senhor Dr. Jorge Fael: “A CDU quer explicitar o seu sentido de voto favorável. Nós, apenas, votamos favoravelmente a entrada em vigor deste Decreto Lei, a implementação deste Decreto Lei, que obriga a um novo regime tarifário. Foi isso que votamos. Uma vez que a votação das tarifas compete à Câmara Municipal da Covilhã.

Nós discordamos profundamente das tarifas propostas pela Parque C, porque quando se fazem estudos comparativos relativamente à água, se calhar, também seria interessante fazer estudos comparativos relativamente aos preços de estacionamento tarifado. Porque para nós, que defendemos que este novo regime tarifário é um avanço mas, pode e deve ir-se mais longe, designadamente, na tarifação ao minuto, o proprietário do veículo, apenas, deve pagar o tempo real que estaciona.

Quando vemos a política de preços que estas Empresas impõem e a Câmara aceita, não podemos, obviamente, estar de acordo com esta política tarifária e condenamo-la firmemente. Aliás, basta ver que nos preços antigos meia hora custava 0,25 cêntimos e agora 15 minutos passam a 0,30; meia hora custava 0,25, passa para 0,50; uma hora custava 0,50, passa para 0,90. A empresa é obrigada a alterar o regime tarifário, a tarifar de 15 em 15 minutos, mas, não perde nem um cêntimo”. -----

2.7 - CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DA COVILHÃ – APROVAÇÃO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 17 de Novembro de 2006, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no artigo 19.º, do Decreto-Lei n.º 07/2003, de 15 de Janeiro, através do ofício n.º 9394 de 2006.11.28 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros, Senhor Prof. Doutor João Correia, Senhor Prof. José Pinto Almeida da Boidobra, Senhor Prof. Reis Silva (**doc. 15**), Senhora Dra. Ana Monteiro (**doc. 16**), Dra. Maria do Rosário, que teceram algumas considerações e o Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação - **Carta Educativa do Concelho da Covilhã – Aprovação**, foi a mesma **aprovada por maioria com 56 votos a favor e 05 votos contra**. -----

Foram feitas Declarações de Voto pelos Membros:

- Senhor Prof. Doutor João Correia: “ Eu fiz fé na sua palavra, nós fizemos fé na sua palavra e a sua palavra é de que existe uma deliberação a criar o Conselho Municipal de Educação, foi nessa base que nós votamos a favor”. -----

- Senhor Prof. Reis Silva: “Eu, pessoalmente, considero que o acto que teve lugar, nesta Assembleia, é um acto ilegal e que viola o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 7/ 2003”. -----

- Senhor Dr. Jorge Fael: “Para nós a forma como se decide não é indiferente e eu penso que este documento, apesar de conter virtualidades, aparece ferido de legitimidade, na medida em que na sua concepção que devia ser amplamente participativa, provavelmente mais para além do que a própria composição do Conselho Municipal, tal como aparece legalmente estabelecido. Devíamos, por exemplo, ter promovido uma discussão pública.

A Carta não tem, um plano de acção nem um plano de financiamento e, portanto, face ao Decreto-Lei n.º 7/2003 tem que ter e face às linhas orientadoras que existem para as Cartas Educativas tem que ter e face às dezenas de Cartas Educativas que hoje já estão disponíveis têm que ter e muitas a maioria tem, é só isso. Nós pensamos que este devia ser um momento crítico e uma oportunidade crítica para debater a Educação no Concelho. Aliás, nós votamos contra e chamámos a atenção para a Câmara para o processo que estava a envolver a elaboração da Carta Educativa, será que é tão difícil que a maioria se abra ao Concelho e aos agentes educativos e à Comunidade Educativa?” -----

- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse: ”Já a este propósito quero dizer que estive em todas as reuniões e de facto o documento recebeu os maiores elogios por parte de todos os participantes, por todos os Membros que fazem parte do Conselho de Educação”. -----

2.8 - PROTOCOLOS DE ACORDO PARA A DELEGAÇÃO DE ACTOS DE COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ NAS JUNTAS DE FREGUESIA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 17 de Novembro de 2006, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 1, do artigo 66.º, conjugado com a alínea s), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 9393 de 2006.11.28 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros, Senhor Fausto Baptista de S. Jorge da Beira, Senhora Dra. Ana Monteiro (**doc. 17**) e o Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação - **Protocolos de Acordo para a Delegação de Actos de Competência da Câmara Municipal da Covilhã nas Juntas de Freguesia**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Foram feitas Declarações de Voto pelos Membros:

- Senhor Dr. Jorge Fael: “Sobre esta matéria, nós somos, naturalmente, favoráveis a maior descentralização, mas, recordamos duas notas: 1.^a as verbas mantém-se exactamente iguais a 2006, o que significa que há menos dinheiro em termos reais para transferências de verbas de capital para as Freguesias; 2.^o nós continuamos a defender critérios objectivos e, continuamos a defender sobretudo uma coisa, igualmente importante, que é a elaboração de um plano de investimentos para as Freguesias. No âmbito da Delegação de Competências da Câmara para as Freguesias um plano de investimentos, objectivo, claro rigoroso que diga em cada Freguesia vai acontecer isto, na outra Freguesia vai acontecer isto. Naturalmente que nunca será um plano fechado, mas isto permite no final do ano, uma coisa tão simples como isto que é, a prestação de contas e a avaliação de resultados.

Enquanto o Plano e Orçamento andar com as verbas por atacado, enquanto andarmos com as verbas por atacado, a avaliação dos resultados e a prestação de contas é muito difícil de apurar e mais difícil para os Presidentes de Junta de Freguesia. Calcorreiam diariamente os caminhos em direcção à Câmara Municipal e não sabem nunca, no seu Plano e Orçamento, com o que é que podem contar em concreto. Porque se um Presidente de Junta de Freguesia, numa Assembleia de Freguesia, for questionado directamente - então diga lá quanto é que vem de protocolo? Não sabe responder! Porque não pode, simplesmente não pode”. -----

- Senhor Prof. Bernardino Gata: “Eu vinha aqui só para ressaltar a importância política do facto que agora acabou de acontecer. O facto que acabou de acontecer foi a unanimidade dum ponto que tem a ver directamente com a gestão das nossas Juntas de Freguesias, com as transferências, com as delegações de competências da Câmara Municipal e foi aqui ressaltado, até por vários deputados da oposição que puseram em realce, que a Câmara não vê oposição, nem vê os apoiantes. Isto é, muito raro acontecer numa Câmara, para quem, recorrentemente, vem aqui dizer e às vezes a queixar-se, vitimizandose da falta de solidariedade generalizada da Câmara Municipal, um exemplo notável de que a Câmara está a agir bem, a Câmara está a agir justamente, os nossos parabéns”. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Não houve solicitações, por parte, dos Cidadãos para intervirem. -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão eram dezanove horas, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

A Chefe de Secção,